

Carta dos Editores

Editors Note

Entregamos aos nossos leitores a *RDTA* 58, encerrando um ano de intensas atividades científicas do IBDT. A *Revista* deste quadrimestre segue rigorosa linha editorial conquistada ao longo do tempo. Em seus 18 artigos é possível verificar o cuidado da equipe de revisores científicos, na seleção dos melhores trabalhos, registrado aqui o nosso agradecimento especial.

A *RDTA* 58 celebra, ainda, o aniversário do IBDT, que contou com um evento especial, realizado na sede do Instituto, no último dia 24 de outubro. Os trabalhos de Pedro Adamy e Martha Leão parecem ser frutos dos debates ocorridos naquela Jornada comemorativa dos 50 anos do IBDT. O artigo de Adamy consiste numa acurada reflexão sobre a extrafiscalidade e o Imposto Seletivo introduzido pela Emenda Constitucional n. 132/2023. Não menos instigante, apresentamos aos leitores o artigo de Martha Leão, sobre o mesmo tema da Emenda Constitucional n. 132/2023, porém com um enfoque mais relacionado à teoria geral do direito, pensando o risco de implementação de um sistema tributário mais flexível.

Outros artigos da *RDTA* 58 merecem destaque, como trabalhos produzidos pelos alunos do nosso programa de mestrado profissional do IBDT. É gratificante ver submetidos e aprovados pelo sistema de duplo *blind review*, artigos com indagações relevantes acerca do imposto de renda. Este é o caso de Helio de Mello, que se debruçou sobre o inesgotável tema da justificação do imposto de renda.

Chama a atenção desta edição os aspectos operacionais da legislação tributária, tão bem abordados por nossos autores e colaboradores frequentes, que procuram decifrar como o contribuinte enfrenta a complexidade do sistema tributário. Os trabalhos de André Mendes Moreira e Pedro Henrique Neves Antunes e de Bruno Akio Oyamada são uma pequena amostra do que os leitores encontrarão nesta edição da *RDTA* 58. Essa preocupação com os detalhes se encontra também no trabalho de Luís Eduardo Schoueri e Guilherme Galdino. Este último, é preciso registrar, publicou recentemente um livro da melhor qualidade acerca da progressividade do imposto de renda, explorando a expressão “na forma da lei”.

Enfim, os leitores irão se deliciar com trabalhos sobre política fiscal, hermenêutica e até crítica legislativa e jurisprudencial. Dentre os trabalhos que versaram sobre tais temas, o que se chamou por “ressignificação da legalidade tributária” saltou-nos aos olhos. Trata-se de interessante análise da lavra de Debora Maria Martins, que parte do que recentemente decidiu o STF para endereçar questões para a administração tributária.

Desejamos a todos uma boa leitura e Boas Festas!

Fabiana Carsoni Fernandes
Fernando Aurelio Zilveti
publicacaordta@ibdt.org.br